

Parlamentarismo é saída para acordo

21 MAI 1987

JORNAL DE BRASÍLIA

O presidente Sarney e o PMDB deverão iniciar, nos próximos dias, negociações em torno de um mandato de cinco anos com a adoção do sistema parlamentarista. A possibilidade de um acordo sobre a duração do mandato presidencial acoplada à mudança do atual regime de governo começou a ganhar corpo depois que a bancada peemedebista na Constituinte deu apenas nove dos 136 votos apurados para a manutenção do presidencialismo, na reunião de anteontem, como assinalou ontem o líder do partido no Senado, Fernando Henrique Cardoso.

O entendimento sobre um mandato de cinco anos para o Presidente e a implantação do parlamentarismo seria uma fórmula para acabar com o impasse dentro do PMDB em relação às duas questões, antes da realização da Convenção Nacional do partido, nos dias 13 e 14 de junho. A proposta poderá ter uma boa receptividade dentro da Convenção, já que os deputados e senadores peemedebistas são amplamente favoráveis ao parlamentarismo e deverão ser maioria entre os convenicionais. Caberia aos governadores estaduais trabalhar para o sucesso

da proposição junto aos vereadores, deputados estaduais e demais membros do partido com acesso à Convenção.

Segundo a avaliação de um dirigente do PMDB, a bancada na Constituinte mostrou, inequivocamente, que é contra o presidencialismo, que obteve, na reunião de anteontem, apenas nove dos 136 votos apurados. O dirigente assinala também que é majoritária, entre os peemedebistas, a tese de que uma eleição presidencial em 1988 favoreceria não ao partido, mas o ex-governador do Rio, Leonel Brizola. Na hipótese da eleição de Brizola, entraria em cena o componente militar, uma vez que o líder do PDT ainda encontra grande resistência dentro das Forças Armadas.

No PMDB, espera-se que Sarney rearticule seu trânsito junto à ala progressista do partido, interrompido depois que o Presidente fixou o seu mandato em cinco anos com a manutenção do presidencialismo, em sua fala à Nação, na segunda-feira.

Caso não haja um entendimento entre o PMDB e Sarney até a Convenção Nacional do Partido, os líderes peemedebistas sabem que o Palácio do Planalto vai jogar duro

Assembléia decidirá, reafirma Ulysses

O deputado Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara, reafirmou a convicção de que a Assembléia «é soberana para definir a duração do mandato do presidente da República». Mesmo defendendo, como Sarney, um mandato com duração de cinco anos, Ulysses acha que é a Constituinte que vai definir isso.

Ele acredita que, mesmo contrariando o presidente Sarney, se a Constituinte optar por uma posição diferente da que está sendo defendida pelo governo isso terá que ser acatado por todas as lideranças políticas.

— Entendo que a Constituinte é soberana, mas ao final prevalecerá o mandato de cinco anos. É claro que, sendo a Constituinte soberana, qualquer decisão que ela tomar prevalecerá sobre as outras — explicou Ulysses.

Ao analisar a decisão da ban-

cada do PMDB, que se julgou competente para votar a duração do mandato, mesmo tendo adiado a aferição, Ulysses disse: «A bancada tomou uma decisão no sentido de que a Assembléia se manifeste. Basicamente foi no sentido de que a Constituinte, que tem um universo mais amplo, examine esse assunto tão importante».

Ulysses não quis, entretanto, comentar a atuação do grupo «Centrodemocrático», comandado pelo deputado Carlos Santana, líder do governo na Câmara. «Eu não conheço esse grupo. É bom a gente às vezes conversar com a imprensa, o rádio, a televisão, porque a gente se informa das coisas» — ironizou. Segundo Ulysses, o que existe no Congresso Nacional é um sentimento de «integração» para adotar as melhores soluções para o país.

— Esse será o meu papel em tudo o que eu possa fazer como presidente dessa Constituinte.

Somente convenção definirá, diz Covas

«Não há como extrair hoje qualquer afirmação sobre a duração do mandato presidencial», disse o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, ao afirmar que não havia antes do pronunciamento do presidente José Sarney nenhuma segurança sobre a duração do mandato.

«Não acho — disse Covas — que as afirmações de natureza política definam o tamanho do mandato, mas definiram algumas coisas politicamente. Definiram que cabe a Assembléia Constituinte decidir sobre várias coisas, inclusive o mandato do presidente da República». Segundo o senador, o mais provável é que a decisão do partido sobre o sistema de governo e a duração do mandato presidencial ocorra na convenção nacional, nos dias 13 e 14 de junho.

O senador Mário Covas afirmou que tendo em vista as circunstâncias, não pode dizer que «na reunião de ontem aconteceu o pior». Observou que a bancada disse uma porção de coisas na primeira votação de ontem: «Ela afirmou a soberania da Constituinte, dizendo que mandato a gente vai resolver é no Plenário da Constituinte. Ela afirmou que o desejo não era protelar, mas sim decidir, e afirmou que ninguém decide pelo partido».

Para o líder do PMDB, a decisão da bancada de seu partido emitiu uma afirmação de natureza política, de que não foi obrigada a



Josemar Gonçalves

Covas: decisão virá em junho

decidir a respeito do mandato. «Achei uma decisão competente».

Sobre o sistema de governo a ser implantado no Brasil, segundo Covas, a impressão que se tem com relação ao pensamento dominante, seja no PMDB ou na Constituinte, é de que se prefere algo dentro dos parâmetros do relatório do senador José Fogaça: um presidencialismo parlamentarista ou um parlamentarismo presidencialista.